

RESUMO

XAVIER, Maria Eduarda Pereira. **A Lei Maria da Penha e a aplicabilidade a mulheres transexuais e transgêneros.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2021.

O presente trabalho pretende analisar a aplicabilidade da Lei 11.340/06 aos casos em que a vítima é mulher transgênero. Assim, o problema envolve o questionamento: Considerando as mais diversas interpretações da Lei Maria da Penha em relação a sua aplicabilidade, somadas às questões de gênero, como se deve proceder frente às mulheres trans? Como procedimento metodológico destaca-se o monográfico, na medida em que o assunto foi abordado em profundidade, e em todos os seus ângulos e aspectos. Quanto à forma de abordagem de problema, a pesquisa é qualitativa, uma vez que os dados analisados não são estatísticos, e concentra-se principalmente em explicar e compreender as dinâmicas das relações sociais. Quanto aos objetivos gerais, o estudo é descritivo-explicativo, visto que procura identificar fatores que determinam fenômenos além de descrevê-los. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, e tem como base livros e artigos científicos. A Lei Maria da Penha atribui ao Estado a obrigação de coibir a violência intrafamiliar contra a mulher, bem como de prestar assistência às vítimas. Em meio a isso, estão inseridos aqueles que sequer se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao momento do nascimento. O que se busca com o presente trabalho é analisar, frente o princípio da dignidade da pessoa humana, as possíveis proteções a serem conferidas às mulheres trans em contexto de violência doméstica e familiar. Para tanto, observa-se o contexto internacional da violência contra a mulher e suas origens, faz-se uma análise do fenômeno no contexto da legislação brasileira e, traz-se uma exposição do movimento trans e a luta por direitos. Ao final, percebe-se a necessidade do efetivo reconhecimento dos direitos dessa população a fim de promover a dignidade humana e a igualdade, direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna, e, portanto, entende-se como necessária a aplicabilidade da Lei 11.340/06 aos casos em que a vítima for mulher trans.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Gênero; Transexualidade.